

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXVII — N.º 12

QUARTA-FEIRA, 19 DE ABRIL DE 1972

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, nos termos do art. 44, item VIII, da Constituição, e eu, Petrônio Portella, Presidente do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1, DE 1972

Aprova as Contas do Presidente da República, relativas ao exercício de 1959.

Art. 1º São aprovadas as contas prestadas pelo Presidente da República, relativas ao exercício de 1959, com ressalvas àqueles valores lançados à conta de "Diversos Responsáveis", dependentes de verificação ulterior pelo Tribunal de Contas da União.

Art. 2º Este decreto legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 18 de abril de 1972. — *Petrônio Portella*, Presidente do Senado Federal.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, nos termos do art. 42, inciso VII, da Constituição, e eu, Petrônio Portella, Presidente, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 1972

Suspende, por inconstitucionalidade, a execução da Lei nº 4.325, de 16 de abril de 1964.

Art. 1º É suspensa, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão definitiva proferida pelo Supremo Tribunal Federal, em 22 de abril de 1971, nos autos da Representação nº 793, do Distrito Federal, a execução da Lei nº 4.325, de 16 de abril de 1964.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 18 de abril de 1972. — *Petrônio Portella*, Presidente do Senado Federal.

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO DA ATA DA 14.^a SESSÃO, EM 18 DE ABRIL DE 1972

1 — ABERTURA

2 — EXPEDIENTE

2.1 — Comunicação da Presidência

Ofício do Governador do Estado da Bahia, solicitando autorização do Senado para contrair empréstimo, no valor de Cr\$ 14.300.000,00 com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, destinado a complementar a contribuição do Estado para a primeira etapa do Plano Diretor de Telecomunicações da Bahia.

2.2 — Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado n.º 4/72, de autoria do Senhor Senador Ney Braga, que altera a redação do parágrafo único do artigo 33 da Lei 5.682, de 1971, que dispõe sobre o quorum mínimo nas convenções municipais.

2.3 — Discursos do expediente

Dedicados a homenagear a memória do ex-Senador Manoel Villaza.

Oradores: SENADORES DINARTE MARIZ, DANTON JOBIM e JOÃO CLEOFAS.

EXPEDIENTE

SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANNA
Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES
Superintendente

PAULO AURÉLIO QUINTELLA
Chefe da Divisão Administrativa

ÉLIO BUANI
Chefe da Divisão Industrial

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre	Cr\$ 20,00
Ano	Cr\$ 40,00

Via Aérea:

Semestre	Cr\$ 40,00
Ano	Cr\$ 80,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido
de Cr\$ 0,02)

Tiragem: 15.000 exemplares

SENADOR RUY CARNEIRO, na Presidência — Associa-se às homenagens prestadas.

3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Lei da Câmara n.º 80, de 1971 (n.º 154-B/71, na Casa de origem), que altera o artigo 8.º da Lei número 4.737, de 15 de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral. **Discussão adiada** para Sessão de 26 do corrente, nos termos do Requerimento n.º 8, de 1972.

Projeto de Lei do Senado n.º 1, de 1972, da Comissão Diretora, que concede aumento de vencimentos aos servidores do Senado Federal, e dá outras providências. **Aprovado**, à Comissão de Redação.

Projeto de Resolução n.º 1, de 1972 (apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, como conclusão de seu Parecer n.º 9, de 1972, que suspende a execução dos

artigos 3.º, 5.º, 8.º, 9.º e 10 da Lei n.º 1.452, de 26-12-51, do Estado de São Paulo, declarados inconstitucionais por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal proferida em 23 de novembro de 1959, nos autos de Recurso Extraordinário n.º 43.211. **Aprovado**, à Comissão de Redação.

4 — MATÉRIAS APRECIADAS APÓS A ORDEM DO DIA

Redação final do Projeto de Lei do Senado n.º 1, de 1972, constante do segundo item da Ordem do Dia. **Aprovada**, nos termos do Requerimento n.º 9, de 1972.

5 — Comunicação da Presidência

Convocação de Sessão Extraordinária do Senado Federal, a realizar-se hoje, às 18 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia que designa.

6 — Encerramento.

SUMÁRIO DA ATA DA 15.ª SESSÃO, EM 18 DE ABRIL DE 1972

1 — ABERTURA

2 — EXPEDIENTE

2.1 — Ofício

Do Presidente da Associação de Exportadores Brasileiros, solicitando a designação de um representante do Senado Federal, como observador junto aos trabalhos da Missão Comercial Brasileira à Inglaterra.

2.2 — Designações

Do Senador Jessé Freire como observador do Senado aos trabalhos da Missão Comercial Brasileira à Inglaterra.

De Srs. Senadores para representarem o Senado nas Exposições Nacionais de Pecuária a se realizarem nos Municípios de Uberaba e Barretos.

3 — ORDEM DO DIA

Parecer da Comissão de Relações Exteriores, sobre a Mensagem n.º 48/72 (n.º 31/72, na origem), pela qual o

Senhor Presidente da República submete ao Senado o nome do Diplomata Jorge de Oliveira Maia para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Governo da República da Indonésia. **Apreciado em Sessão secreta.**

Parecer da Comissão de Relações Exteriores sobre a Mensagem n.º 49/72 (n.º 32/72, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete ao Senado o nome do Diplomata Carlos da Ponte Ribeiro Eiras, Embaixador em Beirute, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador junto ao Governo do Reino Haxemita da Jordânia. **Apreciado em Sessão secreta.**

4 — Designação da Ordem do Dia da próxima Sessão. Encerramento.

5 — Atas das Comissões

6 — Composição das Comissões Permanentes

ATA DA 14.ª SESSÃO EM 18 DE ABRIL DE 1972

2.ª Sessão Legislativa Ordinária da 7.ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. RUY CARNEIRO

As 14 horas e 30 minutos,
acham-se presentes os Srs. Sena-
dores:

Adalberto Sena — José Guio-
mard — Geraldo Mesquita —
Flávio Brito — José Lindoso —
José Esteves — Cattete Pinheiro
— Milton Trindade — Renato
Franco — Alexandre Costa —
Clodomir Milet — José Sarney —
Fausto Castello-Branco — Petrô-
nio Portella — Helvídio Nunes —
Virgílio Távora — Waldemar Al-
cântara — Wilson Gonçalves —
Dinarte Mariz — Duarte Filho —
Jessé Freire — Domicio Gondim
— Milton Cabral — Ruy Carneiro
— Paulo Guerra — Wilson Cam-
pos — Arnon de Mello — Luiz
Cavalcante — Teotônio Vilela —
Augusto Franco — Leandro Ma-
ciel — Lourival Baptista — Hei-
tor Dias — Ruy Santos — Carlos
Lindenberg — Eurico Rezende —
João Calmon — Amaral Peixoto
— Paulo Tôrres — Vasconcelos
Torres — Danton Jobim — Nel-
son Carneiro — Gustavo Capane-
ma — José Augusto — Magalhães
Pinto — Carvalho Pinto — Fran-
co Montoro — Orlando Zancaner
— Benedito Ferreira — Emival
Caiaado — Osires Teixeira — Fer-
nando Corrêa — Fillinto Müller —
Saldanha Derzi — Accioly Filho
— Matos Leão — Ney Braga —
Antônio Carlos — Celso Ramos —
Lenoir Vargas — Daniel Krieger
— Guido Mondin.

**O SR. PRESIDENTE (Ruy Carnei-
ro)** — A lista de presença acusa o
comparecimento de 62 Srs. Senadores.
Havendo número regimental, declaro
aberta a sessão.

Não há expediente a ser lido.

**O SR. PRESIDENTE (Ruy Carnei-
ro)** — A Presidência recebeu, do Go-
vernador do Estado da Bahia, Ofício
de 14-4-72, solicitando autorização do
Senado para contrair empréstimo, no
valor de Cr\$ 14.300.000,00 (quatorze
milhões e trezentos mil cruzeiros),
com o Banco Nacional do Desenvol-
vimento Econômico, destinado a com-
plementar a contribuição do Estado
para a primeira etapa do Plano Di-
retor de Telecomunicações da Bahia,
prevista na Lei Estadual n.º 2.695 de
19-5-69.

A matéria ficará aguardando, na
Secretaria-Geral da Presidência, a
complementação dos documentos ne-
cessários.

**O SR. PRESIDENTE (Ruy Carnei-
ro)** — O Sr. 1.º-Secretário procederá
à leitura de projeto de lei encami-
nhado à Mesa.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO N.º 4, de 1972

Altera a redação do parágrafo
único do artigo 33 da Lei n.º
5.682, de 1971, que dispõe sobre o
quorum mínimo nas convenções
municipais.

O Congresso Nacional decreta:
Art. 1.º O parágrafo único do ar-
tigo 33 da Lei n.º 5.682, de 21 de ju-
lho de 1971, passa a vigorar com a se-
guinte redação:

“Parágrafo único — Nas Conven-
ções Municipais, as deliberações
poderão ser tomadas com o **quor-
um** mínimo de 20% (vinte por
cento) dos filiados para eleição
de diretórios, delegados e suplên-
tes, salvo quando for registrada
uma só chapa, caso em que o
quorum mínimo será de 10% (dez
por cento)”.

Art. 2.º Esta lei entra em vigor
na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições
em contrário.

Justificação

A Lei n.º 5.682, de 21 de julho de
1971, em seu artigo 33, § único, esta-
belece que, “nas convenções munici-
pais, as deliberações poderão ser to-
madas com o **quorum** mínimo de 20%
(vinte por cento) dos filiados, para
eleição de diretórios, delegados e su-
plentes.

Ocorre, entanto, que, numerosas ve-
zes, tal processo se converte em ele-
mento prejudicial ao desenvolvimento
dos trabalhos, emperrando soluções
que, pela sua natureza, poderiam ser,
de pronto, alcançadas e resolvidas a
contento geral.

De fato, o **quorum** privilegiado, que
a referida lei estabelece, resulta de
política comum adotada para órgãos
deliberativos, com o objetivo de ga-
rantir um certo índice de manifesta-
ção, que represente, tanto quanto pos-
sível, a expressão geral.

A conjuntura política, porém, reco-
menda soluções próprias a cada si-
tuaçã, criada em consequência do
reconhecimento da opinião dominan-
te. Assim é que, na hipótese da chapa
única, por exemplo, circunstância em
que não ocorre qualquer espécie de
emulação, a exigência de **quorum** ele-
vado só serviria para entrar resultados
preexistentes, sem qualquer
sentido prático ou ético.

Além do mais, à vista mesmo da
inexistência da disputa — quando
acontece a apresentação de uma só

chapa nas convenções municipais — é
natural a correspondente falta de
motivação do eleitor, ensejando a
ocorrência de **quorum** menos expres-
sivo.

Por todos esses motivos, deve a le-
gislação específica ser alterada, a fim
de que o processo eleitoral, nas con-
venções municipais, se ajuste à reali-
dade e, em consequência, atenda aos
seus fins verdadeiros. — Ney Braga.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI N.º 5.682
DE 21 DE JULHO DE 1971

Art. 33. As Convenções e Diretórios
deliberam com a presença da maio-
ria dos seus membros.

Parágrafo único. Nas Convenções
Municipais, as deliberações poderão
ser tomadas com o **quorum** mínimo de
20% (vinte por cento) dos filiados
para eleição de diretórios, delegados e
suplentes.

(A Comissão de Constituição e Jus-
tiça.)

**O SR. PRESIDENTE (Ruy Carnei-
ro)** — O projeto lido será publicado
e, em seguida, despachado à comis-
são competente.

**O SR. PRESIDENTE (Ruy Carnei-
ro)** — O tempo destinado aos Orado-
res do Expediente da sessão de hoje,
nos termos de deliberação anterior do
Plenário, será dedicado a homenagear
a memória do saudoso Senador
Manoel Villaga.

Com a palavra o nobre Senador Di-
narte Mariz, que falará pela Maio-
ria.

**O SR. DINARTE MARIZ — (Em
nome da Maioria.)** Sr. Presidente, Srs.
Senadores, venho à tribuna, represen-
tando o meu Partido, para prestar
homenagem à memória do ex-Senador
Manoel Villaga.

Tantas vezes, em contacto com os
que aqui se encontram, demonstrou S.
Ex.ª o seu espírito público, a sua de-
dicação às coisas do Rio Grande do
Norte, Estado que representava nesta
Casa e ao Brasil.

Sr. Presidente, não é sem uma certa
emoção que venho falar sobre Manoel
Villaga. Conheci-o quando, em plena
mocidade, chegava ele a minha terra,
vindo de Pernambuco; médico moço,
ia tentar a sua profissão na Capital
do meu Estado. Por coincidência, te-
nho a impressão de que o primeiro
serviço profissional que prestou, em
nossa Capital, foi atendendo ao meu
filho, àquela época carente da assis-
tência de um pediatra.

Manoel Villaga foi realmente, na
vida política do Rio Grande do Norte,
quase um acidente, pois, pernambuco-
cano de nascimento, tendo vivido a
maior parte da sua vida em Pernam-

buco, na cidade do Recife, ao Rio Grande do Norte se vinculou pela profissão que exerceu durante certo período, e pelo casamento, pois lá foi buscar a sua esposa que o acompanhou durante toda a vida.

Através de sua inteligência e de sua dedicação à causa pública, Manoel Villaza conseguiu galgar vários postos na política nacional e na administração pública. Ainda moço, foi Presidente da Legião Brasileira de Assistência, em Recife; foi Secretário de Educação no Rio Grande do Norte, foi também, Secretário do Ministério da Saúde, onde, interinamente, exerceu a função de Ministro de Estado; integrou a chapa estadual do antigo Partido Social Democrático para o Senado, como Suplente de Monsenhor Walfredo Gurgel. A época, representava Manoel Villaza a legenda do Partido Trabalhista Brasileiro.

Com o afastamento de Monsenhor Walfredo Gurgel, para exercer o Governo do Estado, veio ocupar o seu lugar efetivamente.

Nesta Casa, Sr. Presidente, como tive oportunidade de afirmar no começo deste meu discurso, todos o conheceram bem e muito o admiraram, pois era uma figura humana rica de virtudes. Amigo dedicado, sempre com um sorriso nos lábios, jamais alguém surpreendeu Manoel Villaza com um gesto de descortesia. Era realmente um homem voltado para o bem. Sua vida no Rio Grande do Norte, Estado que teve a honra de representar nesta Casa, foi das mais interessantes. Quando necessitaria a defesa dos interesses de minha terra aqui, no Senado, ou em qualquer parte em que fosse solicitada, Manoel Villaza estava sempre presente e atuante.

O Sr. Daniel Krieger — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. DINARTE MARIZ — Com prazer.

O Sr. Daniel Krieger — Desejo associar-me, e o faço de coração, à justa homenagem que V. Ex.^a presta, juntamente com o Senado Federal, à memória de Manoel Villaza. Indiscutivelmente S. Ex.^a foi um homem de grande valor, de espírito sereno, tranqüilo, bondoso. Aqueles que com ele conviveram e, portanto, o amaram, nunca esquecerão Manoel Villaza.

O SR. DINARTE MARIZ — Muito obrigado pelo aparte de V. Ex.^a

Sr. Presidente, Manoel Villaza, que foi Secretário da Mesa e Presidente do Grupo Interparlamentar, não era um rio-grandense-do-norte, como também não era pernambucano. Manoel Villaza foi, sobretudo, cidadão brasileiro, sempre voltado para tudo que fosse de melhor para o nosso País.

Logo após a Revolução, quando ela estava tão malsinada e incompreendida lá fora, Manoel Villaza fez parte de uma embaixada ao exterior, ocasião em que procurou mostrar ao estrangeiro o Brasil real, o Brasil de hoje, o Brasil que evoluía, o Brasil que procurava novos caminhos, o Brasil que ele defendeu com tanto entusiasmo. De volta, realizou trabalho dos mais notáveis que poderíamos desejar em defesa do nosso País. Lembro-me que me entregou um relato, para que o lesse e pudesse aquilatar das dificuldades que tinha encontrado lá fora para justificar e defender os interesses do novo Brasil que despertava e que ainda não estava aberto aos olhos do mundo como uma realidade esplêndida, hoje reconhecida e proclamada por todos, inclusive além-mar.

O Sr. José Lindoso — V. Ex.^a me permite um aparte?

O SR. DINARTE MARIZ — Com muita honra.

O Sr. José Lindoso — A imagem que tenho do extinto Senador Manoel Villaza é a de um fidalgo de espírito, de homem bom, profundamente bom, uma expressão de companheiro, de amigo de todas as horas. Associe-me às palavras que V. Ex.^a profere com emoção e sinceridade. Rendo minhas homenagens de coração ao extinto Senador Manoel Villaza, de quem me fiz amigo pela admiração das suas qualidades e pelo reconhecimento dos seus méritos.

O SR. DINARTE MARIZ — Muito obrigado pelo aparte de V. Ex.^a

Foi assim Manoel Villaza: o homem bom, correto, capaz, inteligente, culto e que dedicou toda sua vida à coisa pública.

Ainda quando não exercia função eletiva, ainda quando não tinha sido convocado para as funções executivas, já Manoel Villaza viajava pelo Brasil inteiro, a serviço da Legião Brasileira de Assistência, e tomava parte naquela célebre campanha desfechada, defendida e liderada por Assis Chateaubriand, essa grande figura do Brasil que nós, nordestinos, jamais esqueceremos e que, quando pensou em construir em cada lugar uma maternidade, para proteger a infância, teve em Manoel Villaza um dos seus baluartes.

Sr. Presidente, Manoel Villaza foi um homem voltado para o bem, sempre dedicado às causas justas, sempre bem humorado, sempre atuante, sempre pronto a servir.

É com emoção que falo, que lhe rendo, em nome do meu Partido no Senado da República, e em nome do Rio Grande do Norte, as homenagens a que Manoel Villaza fazia jus.

Sr. Presidente, desejaria que V. Ex.^a fizesse chegar ao conhecimento da fa-

mília de nosso saudoso Companheiro esta homenagem, para que ela realmente pudesse compreender o grande serviço que Manoel Villaza prestou a esta Casa e o reconhecimento do Senado pelo grande papel que ele desempenhou na sociedade brasileira.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro) — Tem a palavra, em nome da Minoria, o nobre Senador Danton Jobim.

O SR. DANTON JOBIM — (Em nome da Minoria. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, apenas algumas palavras, porque o perfil do Senador Manoel Villaza foi aqui traçado de maneira apropriada pelo eminente Colega Dinarte Mariz. Entretanto, não poderia deixar a Bancada do MDB no Senado de expressar sua solidariedade à homenagem justíssima que hoje se presta ao grande brasileiro desaparecido.

Manoel Villaza — não fui da sua intimidade, mas posso afirmá-lo — realizou o tipo do *homo cordialis* que caracteriza o homem brasileiro, conforme observação de Cassiano Ricardo, inspirado, sem dúvida, em Alfonso Regis, a respeito de todos os homens que têm alguma atuação na vida pública dos países latinos.

Na verdade, por onde andou, deixou Manoel Villaza uma esteira de simpatia e amizades que, sem dúvida, levaram o nosso companheiro Dinarte Mariz a pedir a esta Câmara Alta que dedicasse a S. Ex.^a, especialmente, uma sessão. Mas, mesmo que S. Ex.^a não tivesse esta característica mestra do brasileiro, muito contraditória sobretudo nos nordestinos, a verdade é que mereceria, indubitavelmente, o preito que hoje lhe estamos prestando, pela sua vida pública, pelo que conseguiu realizar quando, afastando-se do exercício da Medicina, grande mestre pediatra que era, passou a dedicar-se à política.

Foi Ministro interino da Saúde, substituindo, se não me falha a memória, o nosso brilhante Colega Catete Pinheiro. Foi Secretário da Saúde no seu Estado, no Governo Aluísio Alves. Suplente de Senador, coube-lhe, afinal, vir para este cenário, para um palco em que poderia, sem dúvida, exibir e fazer admirar as suas qualidades pessoais e de homem público, já em escala nacional.

Aqui conquistou, facilmente, posições que não pleiteava, mas que lhe eram oferecidas, exatamente, pelos seus atributos.

Foi Presidente da União Interparlamentar; foi Secretário da Mesa desta Casa. Em todas as funções que lhe coube exercer, se houve de maneira realmente exemplar.

De modo que, nesta hora, ele faz jus a uma homenagem que transcende as fronteiras partidárias. E, em nome da Liderança do meu Partido, quero, pois, expressar a nossa solidariedade à iniciativa do Senador Dinarte Mariz, e ainda dizer que, após a tristeza que a todos nós provocou o desaparecimento de Manoel Villaga, tivemos, pelo menos, este consolo de ver que ele aqui não foi esquecido e recebeu o preito que realmente merecia.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro)

— Tem a palavra o nobre Senador João Cleofas, representante de Pernambuco.

O SR. JOÃO CLEOFAS — Sr. Presidente, o eminente Senador Dinarte Mariz já falou em nome da Aliança Renovadora Nacional, expressando as nossas homenagens e os nossos sentimentos de pesar pelo desaparecimento de Manoel Villaga.

Cabe-me, Sr. Presidente, em nome da representação de Pernambuco, dizer duas palavras de emoção e de saudade. Pernambucano, nosso companheiro, eu tive oportunidade de acompanhar a sua peregrinação pelo interior do nosso Estado comum, organizando centros de puericultura e empenhando-se, ao lado de Assis Chateaubriand, na Campanha Nacional da Criança. Só este aspecto, só esta sensibilidade que ele manifestava no exercício da sua profissão faria jus às homenagens da bancada de Pernambuco à sua atuação de homem público.

Cabe-me, particularmente, Sr. Presidente, ainda referir que tendo, como tive, a honra de ocupar a Presidência desta Casa — honra sempre inesquecida que me foi conferida pelos eminentes companheiros — encontrei em Manoel Villaga, eleito para ocupar uma das secretarias, um companheiro exemplar, um dedicado colaborador em todas as horas, um homem que prestava, com o maior espírito público e com a maior lucidez, o seu contingente de trabalho ao andamento das nossas atividades na Comissão Diretora.

Nessa condição, e também como pernambucano e representante da Bancada do meu Estado, cabe-me, assim, Sr. Presidente, associar-me às homenagens que o Senado lhe está prestando.

O Sr. Lenoir Vargas — Permite-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. JOÃO CLEOFAS — Com muita honra.

O Sr. Lenoir Vargas — Desejo, como representante do Estado de Santa Catarina, incluir também no discurso

de V. Ex.^a uma palavra de saudade e de homenagem a esse admirável e cordial homem público que foi Manoel Villaga. Ao tempo em que Manoel Villaga estava com V. Ex.^a, aqui, no Senado, eu o conheci. Estava eu na Câmara dos Deputados e a sua cordialidade de parlamentar, de homem público e, sobretudo, de homem de inteligência, aproximou-me muito dele. Não poderia deixar, portanto, nesta oportunidade, de incluir minha homenagem e minha saudade a esse grande pernambucano que representava o Rio Grande do Norte. Ao mesmo tempo, também desejo destacar a felicidade da iniciativa do Senador Dinarte Mariz, pois são muito poucas as oportunidades que têm os homens públicos de receberem o preito do empenho, do trabalho e da dedicação com que servem à sua gente e ao seu povo. Esta Casa anda acertadamente em destacar, mesmo depois do passamento, com homenagens como esta, figuras de excepcional relevo como foi o nosso saudoso amigo Manoel Villaga.

O Sr. Ney Braga — Nobre Senador João Cleofas, gostaria, antes que V. Ex.^a prosseguisse, que me desse um aparte.

O SR. JOÃO CLEOFAS — Com muita honra.

O Sr. Ney Braga — Tive oportunidade de conviver com Manoel Villaga durante quatro anos, nesta Casa. Vivi com ele praticamente até seus últimos instantes. Com o coração amargurado de ver um companheiro que partia, fui até o aeroporto e vi quando o seu caixão rumou para o Nordeste. Pensava eu que, realmente, a vida vale por aquilo que aqui se faz. Quanto a vir prestar esta homenagem à memória de Manoel Villaga, eu pensava, ali na mesa que, de certa forma, seria até um pouco de egoísmo, pois estou também reverenciando uma parte de minha alma: ele só transmitia amizade, eu me fiz amigo dele e sentimos que, quando um amigo morre, um pedaço da gente também se vai. Se Manoel Villaga não tivesse outras qualidades que não esta, de ser um coração aberto, um amigo profundamente leal, ele já estaria merecendo esta homenagem. Mas ele era mais, os meus companheiros o disseram, e, por essas razões todas, eu não podia deixar de trazer minha palavra de solidariedade a esta homenagem, a este preito de saudade. Convencido estou de que Deus tem Villaga em seu seio; ele há de olhar, neste momento, para seus ex-companheiros e há de ver que dentro da alma de todos nós existe a sua lembrança imorredoura e que estamos a homenageá-lo, pedindo por ele a Deus.

O SR. JOÃO CLEOFAS — Agradeço a manifestação dos dois eminentes colegas.

Realmente, quem acompanhou a vida simples e modesta de Manoel Villaga, que era um exemplo de correção moral; quem acompanhou a sua dedicação e a sua sensibilidade pelos problemas da criança brasileira, num País em que a infância e a juventude constituem uma alta percentagem de seus futuros ocupantes e que serão, em verdade, os proprietários do futuro do Brasil; quem acompanhou Manoel Villaga com a sua excepcional sensibilidade pelos problemas que afetam e que interessam à infância e à juventude; quem, como eu, com ele conviveu na direção desta Casa durante doze longos meses, não pode deixar de vir também expressar os seus sentimentos de pesar, juntando-se às homenagens que o Senado agora presta à sua memória. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro) — Não há mais oradores inscritos para a homenagem que o Senado Federal presta ao saudoso Senador Manoel Villaga.

A Mesa solidariza-se com as homenagens ora tributadas a Manoel Villaga, cuja figura acaba de ser exaltada pelos oradores e aparteantes, marcadamente homens do Sul, que trouxeram ao Plenário o testemunho das qualidades excepcionais daquele companheiro.

Quero citar neste momento um fato revelador da conduta do companheiro desaparecido; a última viagem que realizou como presidente da União Interparlamentar à Holanda. Excepcional esforço empregou ele para mostrar àquele e aos demais países da Europa, da África e da Ásia que ali compareceram através de seus parlamentares, o que era o Brasil. Em Haia — dou meu testemunho porque integrei a delegação — ele se portou como homem de gabarito, um brasileiro e nordestino de grande bravura pessoal. Ali fomos hostilizados por elementos que não desejavam a presença do Brasil àquela conferência e Manoel Villaga, apoiado por todos nós, especialmente pelo ex-Senador Mem de Sá, hoje Presidente do Tribunal de Contas da União, e pelo Deputado Flávio Marçillo, atual presidente do Grupo da União Interparlamentar, portou-se de tal modo, com tanta coragem, com tanta serenidade, que a festa do Brasil se realizou com todo êxito, no hotel onde a delegação se encontrava.

Srs. Senadores, Manoel Villaga, cuja memória hoje homenageamos, era exemplar.

As palavras de um dos membros da Mesa, Senador Ney Braga, do Estado do Paraná, que o assistiu nos últimos momentos, definiram melhor o extinto do que as minhas próprias palavras.

A Mesa do Senado homenageia aquele notável companheiro, aquela figura humana que foi Manoel Villalça, nesta tarde em que o Senado justamente lhe presta, na Hora do Expediente, esta homenagem. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro) — Está finda a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n.º 80, de 1971 (n.º 154-B/71, na Casa de origem), que altera o artigo 8.º da Lei n.º 4.737, de 15 de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral, tendo

PARECER, sob o n.º 8, de 1972, da Comissão

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade, com emenda aditiva de n.º 1-CCJ.

Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lido e aprovado o seguinte:

REQUERIMENTO

N.º 8, de 1972

Nos termos do art. 311, e alínea c, do Regimento Interno, requereu adiamento da discussão do Projeto de Lei da Câmara n.º 80, de 1971 (n.º 154-B/71, na Casa de origem), que altera o artigo 8.º da Lei n.º 4.737, de 15 de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral, a fim de ser feita na sessão de 26 do corrente.

Sala das Sessões, 18 de abril de 1972. — **Ruy Santos**.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro) — Aprovado o requerimento, a matéria sairá da Ordem do Dia para a ela retornar em data a ser fixada.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro) —

Item 2.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado n.º 1, de 1972, da Comissão Diretora, que concede aumento de vencimentos aos servidores do Senado Federal, e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob n.ºs 6 e 7, de 1972, das Comissões;

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e

— de Finanças, pela aprovação. Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

(Pausa.)

Está aprovado.

O projeto irá à Comissão de Redação.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro)

Item 3:

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução n.º 1, de 1972 (apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, como conclusão de seu Parecer n.º 9, de 72, que suspende a execução dos artigos 3.º, 5.º, 8.º, 9.º e 10 da Lei n.º 1.452, de 26-12-51, do Estado de São Paulo, declarados inconstitucionais por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal proferida em 23 de novembro de 1959, nos autos de Recurso Extraordinário n.º 43.211.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

(Pausa.)

Está aprovado.

O projeto irá à Comissão de Redação.

É o seguinte o projeto aprovado:

PROJETO DE RESOLUÇÃO

N.º 1, de 1972

O Senado Federal resolve:

Art. 1.º É suspensa a execução dos arts. 3.º, 5.º, 8.º, 9.º e 10, da lei número 1.452, de 26 de dezembro de 1951, do Estado de São Paulo, declarados inconstitucionais por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal proferida em 23 de novembro de 1959 nos autos de recurso extraordinário n.º 43.211.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro) — Sobre a mesa requerimento de dispensa de publicação da redação final do Projeto de Lei do Senado, 1-72, que vai ser lido pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO

N.º 9, de 1972

Nos termos do art. 359 combinado com o parágrafo único do art. 358 do Regimento Interno, requereu dispensa de publicação, para imediata discussão e votação, da redação final do

Projeto de Lei do Senado n.º 1, de 1972, que concede aumento de vencimentos aos servidores do Senado Federal e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1972. — **Ney Braga**.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro) — Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados.

(Pausa.)

Está aprovado.

Aprovado o requerimento, passa-se à imediata apreciação da redação final, que vai ser lida pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lida a seguinte

Da Comissão de Redação

PARECER

N.º 12, de 1972

Redação final do Projeto de Lei do Senado n.º 1, de 1972.

Relator: Sr. Filinto Müller

A Comissão apresenta a redação final do Projeto de Lei do Senado n.º 1, de 1972, que concede aumento de vencimentos aos servidores do Senado Federal e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 18 de abril de 1972. — **Antonio Carlos, Presidente** — **Filinto Müller, Relator** — **José Lindoso** — **Danton Jobim**.

ANEXO AO PARECER

N.º 12, de 1972

Redação final do Projeto de Lei do Senado n.º 1, de 1972, que concede aumento de vencimentos aos servidores do Senado Federal e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º É concedido aos servidores do Senado Federal, ativos e inativos, a partir de 1.º de março de 1972, aumento de vencimentos ou proventos, em montante idêntico aos valores absolutos concedidos aos funcionários civis do Poder Executivo, ativos ou inativos, pelo Decreto-lei n.º 1.202, de 17 de janeiro de 1972, de acordo com os critérios e correspondências fixados nos artigos 1.º, 2.º, 3.º e 6.º da Lei n.º 5.676, de 12 de julho de 1971.

Art. 2.º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de recursos orçamentários consignados ao Senado Federal, inclusive na forma prevista no artigo 6.º da Lei n.º 5.754, de 3 de dezembro de 1971, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1972.

Art. 3.º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro) — Em discussão a redação final. (Pausa.)

Como nenhum dos Srs. Senadores deseja discuti-la, declaro encerrada a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que aprovam, queiram conservar-se como se encontram. (Pausa.)

Está aprovada.

O projeto vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro) — Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Não há oradores inscritos para esta oportunidade. Antes de dar por encerrada a presente sessão, convoco os Srs. Senadores para uma sessão extraordinária a realizar-se às 18 horas e 30 minutos de hoje, com a seguinte

ORDEM DO DIA

1

ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores, sobre a Mensagem n.º 48/72 (n.º 31/72, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete ao Senado Federal o nome do Diplomata Jorge de Oliveira Maia para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Governo da República da Indonésia.

2

ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores, sobre a Mensagem n.º 49/72 (n.º 32/72, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete ao Senado Federal o nome do Diplomata Carlos da Ponte Ribeiro Eiras, Embaixador em Beirute, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador junto ao Governo do Reino Haxemita da Jordânia.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 30 minutos.)

ATA DA 15.ª SESSÃO EM 18 DE ABRIL DE 1972

2.ª Sessão Legislativa Ordinária da 7.ª Legislatura

EXTRAORDINÁRIA

PRESIDÊNCIA DO SR. RUY CARNEIRO

As 18 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — José Guilmard — Geraldo Mesquita — Flávio Brito — José Lindoso — José Esteves — Cattete Pinheiro — Milton Trindade — Renato Franco — Alexandre Costa — Clodomir Milet — José Sarney — Fausto Castello-Branco — Petrólio Portella — Helvidio Nunes — Virgílio Távora — Waldemar Alcântara — Wilson Gonçalves — Dinarte Mariz — Duarte Filho — Jessé Freire — Domicio Gondim — Milton Cabral — Ruy Carneiro — João Cleofas — Wilson Campos — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Leandro Maciel — Lourival Baptista — Heitor Dias — Ruy Santos — Carlos Lindenbergl — Eurico Rezende — João Calmon — Amaral Peixoto — Paulo Tôrres — Vasconcelos Torres — Danton Jobim — Nelson Carneiro — Gustavo Capanema — José Augusto — Magalhães Pinto — Carvalho Pinto — Franco Montoro — Orlando Zancaner — Benedito Ferreira — Emival Calado — Osires Teixeira — Fernando Corrêa — Filinto Müller — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Mattos Leão — Ney Braga — Antônio Carlos — C. so Ramos — Lenoir Vargas — Daniel Krieger — Guido Mondin.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro) — A lista de presença acusa o comparecimento de 62 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sobre a mesa, expediente que vai ser lido pelo Sr. 1.º-Secretário.

É lido o seguinte

"ASSOCIAÇÃO DE EXPORTADORES BRASILEIROS

OFÍCIO S-7/72

Rio de Janeiro, 13 de abril de 1972.
Senhor Presidente:

A Associação de Exportadores Brasileiros está organizando sob os auspícios do Ministério da Indústria e do Comércio, uma Missão Comercial à Inglaterra, que viajará para Londres a 9 de maio próximo.

A Missão que compreende mais de 60 representantes das maiores em-

presas exportadoras brasileiras, terá a honra de ser presidida pelo Senhor Ministro Marcus Vinicius Pratini de Moraes, e sua partida foi precedida de detalhada organização, a fim de que os contatos a serem efetuados com os exportadores ingleses resultem em efetivo aumento de nossas exportações para aquele país, que representa o terceiro mercado consumidor do mundo.

A Embaixada brasileira em Londres com o apoio e a participação da London Chamber of Commerce, está organizando o programa a ser desenvolvido naquela cidade, através trabalhos preparatórios que vêm sendo executados desde o início do ano corrente.

A importância de que se reveste a Missão para o comércio exterior brasileiro determina a ida de vários observadores governamentais que participarão na qualidade de observadores.

E, justamente nesse sentido, que me dirijo a Vossa Excelência, para que o Poder Legislativo também esteja representado em acontecimento de tal porte, para o crescimento do nosso comércio externo, solicitando a designação de um representante da Câmara Alta, como observador junto aos trabalhos da Missão Comercial Brasileira à Inglaterra.

No aguardo do pronunciamento de Vossa Excelência, e colocando-me à sua disposição para quaisquer outros esclarecimentos que deseje, subscrevo-me com a mais alta estima e consideração. — **Giulite Coutinho, Presidente.**

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro) — Com referência ao expediente que acaba de ser lido, esta Presidência, não havendo objeções do Plenário, designa, nos termos do art. 52, do item 18, do Regimento Interno, o Sr. Senador Jessé Freire como Observador do Senado Federal junto aos trabalhos da Missão Comercial Brasileira que irá à Inglaterra.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro) — Na Sessão de 13 do corrente, foi aprovado requerimento no sentido de serem criadas comissões externas para representarem o Senado nas Exposições Nacionais de Pecuária a se realizarem nos municípios de Uberaba e Barretos.

De acordo com as indicações das Lideranças, esta Presidência designa para a Comissão que representará o Senado em Uberaba, os Srs. Senadores Fernando Corrêa, Wilson Gonçalves e Nelson Carneiro; e para a de Barretos, os Srs. Senadores Dinarte Mariz, Benedito Ferreira e Franco Montoro.

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item n.º 1

ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores, sobre a Mensagem n.º 48/72 (n.º 31/72, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete ao Senado Federal o nome do Diplomata Jorge de Oliveira Maia para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Governo da República da Indonésia.

Item n.º 2

ESCOLHA DE CHEFE DE MISSÃO DIPLOMÁTICA

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores, sobre a Mensagem n.º 49/72 (n.º 32/72, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete ao Senado Federal o nome do Diplomata Carlos da Ponte Ribeiro Eiras, Embaixador em Beirute, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador junto ao Go-

verno do Reino Haxemita da Jordânia.

Tratando-se de matérias a serem apreciadas em sessão secreta, de acordo com o art. 405 alínea r, do Regimento Interno, peço aos Srs. funcionários que tomem as providências de praxe.

(A Sessão transforma-se em secreta às 18 horas e 35 minutos e volta a ser pública às 18 horas e 50 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Ruy Carneiro) — Antes de encerrar a presente Sessão, lembro aos Srs. Senadores que hoje, às 21 horas, haverá sessão conjunta do Congresso Nacional, destinada à apreciação dos Projetos de Decretos Legislativos n.ºs 1 e 2, de 1972.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a Sessão.

Designo para a próxima a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Discussão, em turno único, da redação final (oferecida pela Comissão de Redação em seu Parecer n.º 3, de 1972), do Projeto de Resolução n.º 57, de 1971, que suspende, por inconstitucionalidade, a execução dos arts. 195 e 196, inciso I, da Lei n.º 1.666, de 20 de dezembro de 1966, com a reda-

ção da Lei n.º 1.726, de 1967, ambas do Município de Vitória, Estado do Espírito Santo.

2

Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do artigo 297, do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado n.º 98, de 1971, de autoria do Senador José Lindoso, que dá nova redação ao item III do artigo 5.º da Lei Orgânica da Previdência Social, elevando para 60 anos a idade para exclusão dos segurados empregadores da filiação à previdência, tendo

PARECER, sob n.º 10, de 1972, da Comissão

— de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

3

Projeto de Lei do Senado n.º 54, de 1967, de autoria do Senador Flávio Brito, que disciplina a atividade das Cooperativas, tendo

PARECER, sob n.º 549, de 1971, da Comissão

— de Constituição e Justiça, pelo arquivamento.

Está encerrada a Sessão.

(Levanta-se a sessão, às 18 horas e 55 minutos.)

ATA DAS COMISSÕES

COMISSÃO MISTA

Para estudo e parecer sobre a Mensagem n.º 13, de 1972 (CN), que submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 1.025, de 31 de janeiro de 1972, que "institui normas para utilização dos créditos orçamentários e adicionais, e dá outras providências".

ATA DA 1.ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA EM 14 DE ABRIL DE 1972

As 15 horas do dia 14 de abril de 1972, na Sala das Comissões do Senado Federal, presentes os Senadores Eurico Rezende, João Cleofas, Mattos Leão, Wilson Gonçalves, Fausto Castello-Branco, Lourival Baptista, Jessé Freire, Benedito Ferreira, Danton Jobim e Deputados Ary Alcântara, Sales Filho, José Hadad, Parsifal Barroso, Américo de Souza e Janduhy Carneiro, reúne-se a Comissão Mista para estudo e parecer sobre a Mensagem n.º 13, de 1972 (CN), que submete à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei n.º 1.205, de 31 de janeiro de 1972, que "institui normas para utilização dos créditos orçamentários e adicionais, e dá outras providências".

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senadores Celso Ramos e Tarso Dutra e Deputados Ricardo Fiuza, Lopo Coelho, Altair Chagas, Oziris Pontes e Lauro Rodrigues.

Cumprindo determinação do parágrafo segundo do artigo dez do Regimento Comum, o Senador João Cleofas assume a Presidência e declara instalada a Comissão, determinando, em obediência a preceito regimental, as providências necessárias para se proceder à eleição do Presidente e do Vice-Presidente. Após a distribuição das cédulas, são convidados para escrutinadores os Senadores Benedito Ferreira e Lourival Baptista.

Encerrada a votação e feita a apuração, o Senhor Presidente declara eleitos os Deputados Sales Filho e Janduhy Carneiro, para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Assumindo a Presidência, o Deputado Sales Filho designa Relator da matéria o Senador Benedito Ferreira.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Maria Helena Bueno Brandão, Secretária, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros.

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Sales Filho
 Vice-Presidente: Deputado Janduhy Carneiro
 Relator: Senador Benedito Ferreira

MDB

1. Danton Jobim
 1. Janduhy Carneiro
 2.
 3. Lauro Rodrigues

Senadores

Deputados

ARENA

- | | |
|---------------------------|---------------------|
| 1. Eurico Rezende | 1. Ary Alcântara |
| 2. João Cleofas | 2. Ricardo Fiúza |
| 3. Mattos Leão | 3. Sales Filho |
| 4. Wilson Gonçalves | 4. Parsifal Barroso |
| 5. Fausto Castello-Branco | 5. Lopo Coelho |
| 6. Jessé Freire | 6. José Hadad |
| 7. Lourival Baptista | 7. Américo de Souza |
| 8. Celso Ramos | 8. Altair Chagas |
| 9. Tarso Dutra | |
| 10. Benedito Ferreira | |

CALENDÁRIO

Dia 13-04-72 — É lida a Mensagem, em Sessão Conjunta;

— Apresentação do parecer, pela Comissão, de acordo com o art. 110, do Regimento Comum.

Prazo: até dia 03-05-72, na Comissão Mista; até dia 30-05-72, no Congresso Nacional.

Diretoria das Comissões: Seção de Comissões Mistas — 11.º andar — Anexo do Senado Federal — Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Telefone: 24-8105 — Ramais 305 e 303.

ÍNDICE DO CÓDIGO CIVIL APLICADO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Organizado por Jardel Noronha e Odaléa Martins

Explicação dos autores:

O presente trabalho, que denominamos ÍNDICE DO CÓDIGO CIVIL APLICADO NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, foi elaborado com a coleção de acórdãos, cujos processos versam sobre Direito Civil e foram julgados à luz do CÓDIGO CIVIL.

Para melhor orientação e facilidade do encontro do assunto de interesse do consulente, coordenamos um índice por ordem alfabética e outro, ao qual denominamos classificação, por ordem de artigo do Código Civil. Neste índice, vamos encontrar um mesmo artigo citado várias vezes; isso se deve ao fato de que o julgamento, embora envolvendo o artigo "X", inclui, também, outra legislação, e, além disso, virá mostrar a uniformidade dos julgados pelo Excelso Pretório proferidos.

Compilamos os julgados por ordem numérica, não importando a espécie do processo, facilitando, assim, seu manuseio, e abaixo damos o roteiro:

I PARTE

- | | |
|---|------|
| a) Classificação, por artigo, do Código Civil | V |
| b) Legislação Complementar | CLXV |

II PARTE

- | | |
|---|----|
| a) Súmulas do STF aplicadas ao Código Civil | 1 |
| b) Julgamentos | 27 |

III PARTE

- | | |
|--|-----|
| a) Índice alfabético remissivo | 389 |
| b) Índice numérico por espécie de processo | 458 |

Preço do volume com 680 páginas em brochura Cr\$ 30,00

Preço do volume com 680 páginas, encadernado, impresso em papel bíblia Cr\$ 40,00

Obra impressa pelo Serviço Gráfico do Senado Federal — Brasília — DF

Os pedidos devem ser endereçados à FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS — Sede: Praia de Botafogo, 190 — ZC-02 — Rio de Janeiro - GB (atende, também, pelo Serviço de Reembolso Postal) — Lojas: no Rio de Janeiro: Av. Graça Aranha, 26 — Em Brasília: SQS 104, Bloco "A", Loja 11 — Em São Paulo: Av. Nove de Julho, 2029 — C. P. 5534

MESA		LIDERANÇA DO PARTIDO E DA MAIORIA
Presidente: Petrônio Portella (ARENA — PI)	4.º-Secretário: Duarte Filho (ARENA — RN)	Líder: Filinto Müller (ARENA — MT)
1.º-Vice-Presidente: Carlos Lindenberg (ARENA — ES)	1.º-Suplente: Renato Franco (ARENA — PA)	Vice-Líderes: Ruy Santos (ARENA — BA) Eurico Rezende (ARENA — ES) Antônio Carlos (ARENA — SC) Dinarte Mariz (ARENA — RN) José Lindoso (ARENA — AM) Saldanha Derzi (ARENA — MT) Osires Teixeira (ARENA — GO)
2.º-Vice-Presidente: Ruy Carneiro (MDB — PB)	2.º-Suplente: Benjamin Farah (MDB — GB)	LIDERANÇA DA MINORIA
1.º-Secretário: Ney Braga (ARENA — PR)	3.º-Suplente: Lenoir Vargas (ARENA — SC)	Líder: Nelson Carneiro (MDB — GB)
2.º-Secretário: Clodomir Millet (ARENA — MA)	4.º-Suplente: Teotônio Vilela (ARENA — AL)	Vice-Líderes: Danton Jobim Adalberto Sena
3.º-Secretário: Guido Mondin (ARENA — RS)		

COMISSÕES

Diretora: Edith Balassini
Local: 11.º andar do Anexo
Telefones: 24-1009 e 24-8105 — Ramal 300.

A) COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Francisco José Fernandes
Local: Anexo — 11.º andar
Telefone: 24-8105 — Ramal 301.

1) COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Guerra
Vice-Presidente: Mattos Leão

TITULARES

Antônio Fernandes
Vasconcelos Torres
Paulo Guerra
Daniel Krieger
Flávio Brito
Mattos Leão

SUPLENTE

ARENA

Tarso Dutra
João Cleofas
Fernando Corrêa

MDB

Amaral Peixoto

Adalberto Sena

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303

Reuniões: quintas-feiras, às 16 horas

Local: Sala das Reuniões da Comissão de Finanças.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Waldemar Alcântara
Vice-Presidente: Benedito Ferreira

TITULARES

José Guilomard
Waldemar Alcântara
Dinarte Mariz
Wilson Campos
José Esteves
Benedito Ferreira

SUPLENTE

ARENA

Saldanha Derzi
Osires Teixeira
Lourival Baptista

MDB

Adalberto Sena

Franco Montoro

Secretário: Geraldo Sobral Rocha — R. 312

Reuniões: quintas-feiras, 15 horas

Local: Auditório.

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)

(13 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Daniel Krieger
Vice-Presidente: Accioly Filho

TITULARES

Daniel Krieger
Accioly Filho
José Augusto
Wilson Gonçalves
Gustavo Capanema
José Lindoso
José Sarney
Arnon de Mello
Helvídio Nunes
Antônio Carlos
Eurico Rezende
Heitor Dias

SUPLENTE

ARENA

Carvalho Pinto
Orlando Zancaner
Osires Teixeira
João Calmon
Mattos Leão
Vasconcelos Torres

MDB

Nelson Carneiro

Franco Montoro

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 305

Reuniões: quartas-feiras, às 15 horas

Local: Auditório.

4) COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Cattete Pinheiro
Vice-Presidente: Adalberto Sena

TITULARES

Dinarte Mariz
Eurico Rezende
Cattete Pinheiro
Benedito Ferreira
Osires Teixeira
Fernando Corrêa
Saldanha Derzi
Heitor Dias
Antônio Fernandes
José Augusto

SUPLENTE

ARENA

Paulo Tôrres
Luiz Cavalcante
Waldemar Alcântara
José Lindoso
Filinto Müller

MDB

Adalberto Sena

Nelson Carneiro

Secretário: Claudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306

Reuniões: terças-feiras, às 15:30 horas

Local: Auditório.

5) COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Magalhães Pinto

Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

TITULARES**SUPLENTES****ARENA**

Magalhães Pinto	Domicio Gondim
Vasconcelos Torres	José Augusto
Wilson Campos	Geraldo Mesquita
Jessé Freire	Flávio Brito
Augusto Franco	Leandro Maciel
Orlando Zancaner	
Paulo Guerra	
Milton Cabral	
Helvidio Nunes	
Luiz Cavalcante	

MDB

Amaral Peixoto	Franco Montoro
----------------	----------------

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas

Local: Sala de Reuniões do Gabinete do Presidente da Comissão.

6) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Gustavo Capanema

Vice-Presidente: João Calmon

TITULARES**SUPLENTES****ARENA**

Gustavo Capanema	Arnon de Mello
João Calmon	Helvidio Nunes
Tarso Dutra	José Sarney
Geraldo Mesquita	
Cattete Pinheiro	
Milton Trindade	

MDB

Benjamin Farah	Adalberto Sena
----------------	----------------

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306

Reuniões: Quartas-feiras, às 16 horas

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

7) COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)

(17 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Cleofas

Vice-Presidente: Virgílio Távora

TITULARES**SUPLENTES****ARENA**

Celso Ramos	Cattete Pinheiro
Lourival Baptista	Antônio Carlos
Saldanha Derzi	Daniel Krieger
Geraldo Mesquita	Milton Trindade
Alexandre Costa	Dinarte Mariz
Fausto Castello-Branco	Emival Calado
Ruy Santos	Flávio Brito
Jessé Freire	Eurico Rezende
João Cleofas	
Carvalho Pinto	
Virgílio Távora	
Wilson Gonçalves	
Mattos Leão	
Tarso Dutra	

MDB

Amaral Peixoto	Nelson Carneiro
Franco Montoro	
Danton Jobim	

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 314

Reuniões: Quartas-feiras, às 10 horas

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças — Ramais 172 e 173.

8) COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Franco Montoro

Vice-Presidente: Heitor Dias

TITULARES**SUPLENTES****ARENA**

Heitor Dias	Wilson Campos
Domicio Gondim	Accioly Filho
Paulo Tôrres	José Esteves
Benedito Ferreira	
Eurico Rezende	
Orlando Zancaner	

MDB

Franco Montoro	Danton Jobim
----------------	--------------

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 310.

Reuniões: Quartas-feiras, 16 horas

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

9) COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Arnon de Mello

Vice-Presidente: Benjamin Farah

TITULARES**SUPLENTE****ARENA**

Arnon de Mello

Paulo Guerra

Luiz Cavalcante

Antônio Fernandes

Leandro Maciel

José Guilomard

Milton Trindade

Domicio Gondim

Orlando Zancaner

MDB

Benjamin Farah

Danton Jobim

Secretário: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 310.

Reuniões: terças-feiras, às 16 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

10) COMISSÃO DE REDAÇÃO — (CR)

(5 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Antônio Carlos

Vice-Presidente: Danton Jobim

TITULARES**SUPLENTE****ARENA**

Antônio Carlos

Cattete Pinheiro

José Lindoso

Wilson Gonçalves

Filinto Müller

José Augusto

MDB

Danton Jobim

Adalberto Sena

Secretária: Beatriz Brandão Guerra — Ramal 130.

Reuniões: terças-feiras, 11 horas.

Local: Auditório.

11) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Wilson Gonçalves

TITULARES**SUPLENTE****ARENA**

Carvalho Pinto

Milton Cabral

Wilson Gonçalves

Fausto Castello-Branco

Filinto Müller

Augusto Franco

Fernando Corrêa

José Lindoso

Antônio Carlos

Ruy Santos

Arnon de Mello

Cattete Pinheiro

Magalhães Pinto

Jessé Freire

Accioly Filho

Virgílio Távora

José Sarney

Lourival Baptista

João Calmon

MDB

Franco Montoro

Amaral Peixoto

Danton Jobim

Nelson Carneiro

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 306.

Reuniões: terças-feiras, 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

12) COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Fernando Corrêa

Vice-Presidente: Fausto Castello-Branco

TITULARES**SUPLENTE****ARENA**

Fernando Corrêa

Saldanha Derzi

Fausto Castello-Branco

Wilson Campos

Cattete Pinheiro

Celso Ramos

Lourival Baptista

Ruy Santos

Waldemar Alcântara

MDB

Adalberto Sena

Benjamin Farah

Secretária: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 314.

Reuniões: terças-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

13) COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Tôrres

Vice-Presidente: Luiz Cavalcante

TITULARES**SUPLENTE****ARENA**

Paulo Tôrres

Milton Trindade

José Lindoso

Alexandre Costa

Virgílio Távora

Orlando Zancaner

José Guilomard

Flávio Brito

Vasconcelos Torres

MDB

Benjamin Farah

Amaral Peixoto

Secretário: Geraldo Sobral Rocha — Ramal 312.

Reuniões: quintas-feiras, às 16 horas.

Local: Auditório.

14) COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

— (CSPC)

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Amaral Peixoto

Vice-Presidente: Tarso Dutra

TITULARES**SUPLENTE****ARENA**

Tarso Dutra

Magalhães Pinto

Augusto Franco

Gustavo Capanema

Celso Ramos

Paulo Guerra

Osires Teixeira

Heitor Dias

Jessé Freire

MDB

Amaral Peixoto

Benjamin Farah

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 303.

Reuniões: quintas-feiras, às 15 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

15) COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES**E OBRAS PÚBLICAS — (CT)**

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Leandro Maciel

Vice-Presidente: Alexandre Costa

TITULARES**SUPLENTE****ARENA**

Leandro Maciel

Dinarte Mariz

Alexandre Costa

Benedito Ferreira

Luiz Cavalcante

Virgílio Távora

Milton Cabral

Geraldo Mesquita

José Esteves

MDB

Danton Jobim

Benjamin Farah

Secretária: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 314.

Reuniões: quartas-feiras, às 17 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

B) COMISSÕES TEMPORÁRIAS**Comissões Mistas, Especiais e de Inquérito**

Chefe: J. Ney Passos Dantas

Local: 11.º andar do Anexo

Telefone: 24-8105 — Ramal 303

1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional.

2) Comissões Temporárias para Apreciação de Vetos.

3) Comissões Especiais e de Inquérito.

4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (art. 90 do Regimento Comum).

NOVO CÓDIGO PENAL

A Revista de Informação Legislativa, do Senado Federal, divulga em seu número 24 uma seção destinada ao novo Código Penal, com 420 páginas, contendo:

1.^a Parte — Anteprojeto do Ministro Nelson Hungria

- Exposição de Motivos do Ministro Francisco Campos (Código Penal de 1940)
- Exposição de Motivos do Ministro Gama e Silva (Código Penal de 1969)

2.^a Parte — Quadro Comparativo — Decreto-Lei n.º 1.004, de 21-10-69, Decreto-Lei n.º 2.848, de 7-12-40, e Legislação Correlata

Preço: Cr\$ 10,00

NOVO CÓDIGO PENAL MILITAR E NOVO CÓDIGO DO PROCESSO PENAL MILITAR

A Revista de Informação Legislativa, editada pela Diretoria de Informação Legislativa e impressa pelo Serviço Gráfico do Senado Federal, no seu n.º 26 publica as seguintes matérias:

COLABORAÇÃO

— “Inconstitucionalidade do Decreto-lei sobre Censura Prévia” (Senador Josaphat Marinho) — “Sociologia das Regiões Subdesenvolvidas” (Professor Pinto Ferreira) — “Poder de Iniciativa das Leis” (Professor Roberto Rosas) — “O Sistema Representativo” (Professor Paulo Bonavides).

CÓDIGOS

— “Código Penal Militar” — 1.^a Parte: I — Anteprojeto de Código Penal Militar (autor: Ivo d'Aquino); II — Exposição de Motivos do Ministro Gama e Silva — 2.^a Parte: Quadro Comparativo — Decreto-lei n.º 1.001, de 21-10-69; Decreto-lei n.º 6.227, de 24-1-44 (Ana Valderes Ayres Neves de Alencar) — “Código de Processo Penal Militar” — “Lei de Organização Judiciária Militar” — “Justiça Militar e Segurança Nacional” — Ementário de Legislação.

PUBLICAÇÕES

— Obras editadas pela Diretoria de Informação Legislativa.

Os pedidos devem ser endereçados à Fundação Getúlio Vargas — Sede: Praia de Botafogo, 190 — ZC-02 — Rio de Janeiro — GB (atende também pelo Serviço de Reembolso Postal) — Lojas: No Rio de Janeiro: Av. Graça Aranha, 26 — Em Brasília: SQS 104, Bloco A, Loja 11 — Em São Paulo: Av. Nove de Julho, 2.029 — C.P. 5534.

Faça sua assinatura do

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II .

OS PEDIDOS DEVEM SER ACOMPANHADOS DE CHEQUE VISADO, ORDEM DE PAGAMENTO OU VALE POSTAL, PAGÁVEIS EM BRASÍLIA, A FAVOR DO

SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Podêres

Caixa Postal 1.503

Brasília — DF

PREÇOS DAS ASSINATURAS:

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 20,00

Ano Cr\$ 40,00

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 40,00

Ano Cr\$ 80,00

Serviço Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.503
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 16 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 0,20